

# Sobre os pesos do IDH (ou: é a educação, estúpido)



O relatório pioneiro das Nações Unidas de 1954 avançou na idéia que a renda per capita não deveria ser encarada como o único indicador para medir o nível de bem-estar social. A ampla literatura que se seguiu convergiu na formação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), apropriado no começo dos anos 90 pelas Nações Unidas. O IDH reúne, além do PIB per capita ajustado por diferenças de custo de vida, indicadores de saúde (expectativa de vida) e de educação (taxa de analfabetismo e de matrículas nos três níveis de ensino). As críticas ao IDH como indicador de qualidade de vida são muitas. Meu colega de **Valor**, José Eli da Veiga, tem se debruçado sobre elas. Todavia, quer goste, quer não goste do IDH, fato é que ele é o indicador multidimensional mais usado atualmente. O fato de o IDH usar as estatísticas disponíveis para um grande número de países, e destas estatísticas se referirem a áreas-chave da política pública, como economia, saúde e educação, talvez expliquem a popularidade do conceito.

Falando da história tupiniquim do IDH. Este já foi calculado para bairros de algumas cidades brasileiras e o Rio foi pioneiro deste

processo ainda no século passado, em iniciativa idealizada por André Urani a partir do trabalho do Ipea e da Fundação João Pinheiro, sob os auspícios do Pnud. Estas instituições criaram um indicador análogo ao IDH para localidades brasileiras, facilitando o pensar global, agir local. Este indicador foi utilizado como base para a seleção de municípios sujeitos a transferências federais de renda da Bolsa-Escola, Bolsa Alimentação, entre outras. Em 2000, foi dado o nome provisório de IDH-14 ao programa, (onde 14 se referem aos Estados cujos municípios foram contemplados pela iniciativa). Posteriormente, talvez por lembrar mais o nome de remédio de caspa, o IDH-14 foi renomeado para Alvorada, que após o interregno do Fome Zero desembocou no Bolsa Família. O Bolsa Família procura, por meio de transferências de renda condicionadas, mexer com a educação e a saúde da população infanto-juvenil. Em outras palavras, o DNA do IDH está de alguma forma presente nos programas sociais integrados que nasceram e cresceram no Brasil deste século.

O caráter ad hoc do IDH é reconhecido inclusive por um de seus criadores. Amartya Sen referiu-se a ele como uma medida de bem-estar vulgar. O IDH oferece a possibilidade de comparação, com ranking, de áreas cruciais da vida humana. Um dos pontos que incomoda a maior parte dos usuários do IDH agregado é a ponderação arbitrária na soma de seus componentes — um terço para cada um dos três. Discutimos aqui uma estratégia para o cálculo dos pesos do

IDH por meio do uso explícito de uma função bem-estar subjetiva.

A aproximação da felicidade instantânea aqui utilizada seria o dado de satisfação presente com a vida, calculada a partir do Gallup World Survey. O fato deste estudo cobrir 132 países, mais do que qualquer outro feito até então sobre variáveis subjetivas, como felicidade, usando o mesmo questionário, nos permite aproximar da abrangência do IDH, que tem como uma de suas maiores virtudes a de ser um índice globalizado. Isto é, um dos poucos que fala dos cidadãos do mundo, e não dos países mais ricos, que dispõem de dados confiáveis.

---

### **O peso da educação na felicidade percebida é próximo de zero; não sabemos que nada sabemos, nem desconfiamos disso**

---

A proposta é calcular o peso por meio de uma regressão de felicidade contra os quatro componentes do IDH isolados. Usamos a técnica de mínimos quadrados restritos, impondo a restrição de que a soma dos coeficientes estimados seja a unidade, a fim de determinar o peso de cada componente do IDH. Para os não iniciados em regressão em estatística, ela não tem nada a ver com vidas passadas. Em segundo lugar, ela é um procedimento estatístico que escolhe os coeficientes — no caso, pesos — de

forma a maximizar a parcela de felicidade explicada pelos componentes do IDH em questão. Transformando uma longa história, os pesos calculados foram os seguintes: 66,43% para renda; 31,03% expectativa de vida das pessoas; 2,24% por taxas de matrículas aos três níveis de ensino; e 0,3% para a taxa de analfabetismo. Neste sentido, estaríamos próximos de completar uma volta de 360 graus, iniciada há meio século.

O baixo peso dado à soma das variáveis associadas à educação, de 2,54%, talvez seja o aspecto que mais chame a atenção nesses dados. Há tempos concluí que os políticos brasileiros não se preocupavam com educação, uma vez que os beneficiários diretos — as crianças — não votam. Depois, vendo os resultados de pesquisas de opinião do Ibope, percebi que o brasileiro em geral não se importa com educação, a sétima em prioridades públicas, lugar que se manteve inalterado mesmo depois de um ano de ênfase na educação pelo governo federal e pela sociedade civil, cujos melhores símbolos de atuação são, respectivamente, o Plano de Desenvolvimento Educacional (PDE) e o Compromisso Todos pela Educação. Uma pessoa mais educada abre os seus horizontes e neste processo talvez se angustie mais com isso. O analfabeto pode se dar ao luxo de não saber de muita coisa, sem se sentir mal com isso. Um dos principais produtos de uma boa política educacional revela ao homem o valor da educação. Educação gera educação.

Perguntas diretas sobre a qualidade percebida da educação em áreas com alta educação no Brasil, feitas no municí-

pio do Rio de Janeiro pela ONG "Rio, Como Vamos", colocam-na num patamar muito acima de outras áreas, como de saúde e segurança, que vêm assaltar a nossa consciência social a todo momento. O fato é que as avaliações subjetivas de educação estão em desacordo com as estatísticas subjetivas comparadas.

À luz dos resultados aqui apresentados, chego à conclusão que a população mundial também não se importa muito com a educação. É importante ter em mente que o peso das duas variáveis associadas à educação é calculado comparando países com a mesma renda e a mesma expectativa de vida. O ganho de renda e de longevidade são dois dos efeitos mais fundamentais das ações na área de educação. Os economistas brasileiros deveriam saber disso pelo menos desde o trabalho seminal de Carlos Langoni, de 1973; os médicos sempre chamam a atenção da educação como a principal política de saúde preventiva, o que a maioria dos técnicos concorda. Se quisermos vencer a batalha da educação em nossa cidade ou no nosso país, é preciso reconhecer, como pais e educadores, onde estamos. Não sabemos que nada sabemos, nem desconfiamos disso!

---

**Marcelo Côrtes Neri**, chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV e professor da EPGE/FGV, é autor de "Retratos da Deficiência", "Cobertura Previdenciária: Diagnóstico e Propostas" e "Ensalos sociais".  
E-mail: mcneri@fgv.br